Em roupas e medicamentos

Um milhão de dólares entregue a Maputo

O SECRETÁRIO de Estado da Cooperação português, Eduardo Ámbar, fez ontem, em Maputo, a entrega formal de um donativo da Ordem Soberana de Malta avaliado em cerca de um milhão de dólares (aproximadamente 175 mil contos).

O donativo entregue ao Governo moçambicano, que esteve representado pelo seu ministro do Comércio Interno, Aranha da Silva, numa cerimónia na capital moçambicana, é constituído por cerca de 200 toneladas de roupa e medicamentos, num total de 18 contentores.

O terceiro dos quatro dias da visita oficial de Eduardo Ambar à República Popular de Moçambique foi também preenchido com encontros entre a delegação portuguesa e o ministro da Indústria moçambicano, António Branco, e ainda com os secretários de Estado da Hidráulica Agrícola, Transportes e Recursos Minerais.

Com o ministro da Indústria, Eduardo Ámbar discutiu, entre outras, questões relacionadas com a Vidreira da Machava; com o secretário de Estado da Hidráulica Agrícola foram abordadas as possibilidades de serem ministrados cursos dé formação profissional; com o secretário de Estado dos Transportes debateram-se problemas do sector, nomeadamente o contencioso entre a TAP e a RPM.

Vidreira da Machava

O problema da Vidreira da Machava, assunto da agenda do secretário de Estado da Cooperação, parece estar definitivamente resolvido, ficando o projecto para os italianos, soube ontem a NP em Maputo.

Fontes das duas delegações que na capital moçambicana negoceiam pontos de cooperação entre Portugal e Moçambique, afirmaram que o assunto ficou acordado durante o jantar que o embaixador Palouro das Neves ofereceu em honra das duas delegações.

A Vidreira da Machava é um empreendimento surgido no tempo colonial. As autoridades moçambicanas quiseram, depois da independência e devido ao seu deterioramento acentuado, dar-lhe uma nova dimensão. Portugal e a Itália foram contactados para o efeito e começou a ser gizado um projecto a dois.

O Governo de Mário Soares veio a propor, como condição para a participação financeira portuguesa, o estudo do redimensionamento do projecto para proporções mais modestas. Entendiam os técnicos do Executivo português encarregados de estudar o assunto que o empreendimento poderia ser um «elefante branco» no contexto geográfico em que se insere.

Finalmente, a parte portuguesa viu-se liberta desse seu encargo financeiro e a parte moçambicana poderá avançar com o seu projecto mediante o concurso dos italianos, «que para isso estarão disponíveis», segundo fontes de Maputo.